



GUIA DE ESTUDOS

AGNU (1950)

O TRAVAMENTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA E A
GUERRA DAS COREIAS

DIRETORA

Maria Isabel Garcia

DIRETORES ASSISTENTES

Ana Júlia Teixeira Santos Reis

Bernardo Alcântara dos Anjos

9a12oUT
EDIÇÃO VIRTUAL

PARCEIROS



UNIC Rio



ONUBR
Nações Unidas no Brasil



MINIONU



PUC Minas

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA	3
1.1 Maria Isabel Garcia Moreira - Diretora	3
1.2 Ana Júlia Teixeira Santos Reis - Diretora Assistente	3
1.3 Bernardo Alcântara Dos Anjos - Diretor Assistente	4
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA	4
2.1 O Início das Tensões da Guerra Fria	4
2.2 O Conflito na Coreia	5
2.3 Discussões no Conselho de Segurança	9
3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ	11
4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS NO COMITÊ	12
4.1 Bloco Aliado aos EUA	12
4.2 Bloco Aliado à União Soviética	13
5. QUESTÕES RELEVANTES NA DISCUSSÃO	14
REFERÊNCIAS	15
TABELA DAS DELEGAÇÕES	17

1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA

1.1 Maria Isabel Garcia Moreira - Diretora

Queridos delegados e queridas delegadas, é um prazer poder dar-lhes as boas-vindas à 5ª Assembleia Geral da ONU, em 1950. Meu nome é Maria Isabel Garcia Moreira e eu serei a diretora do comitê AGNU (1950) nesse 22º MINIONU. Tenho 21 anos e estou cursando o 7º período do curso de Relações Internacionais da PUC-MG durante os dias de simulação. Comecei minha história nesse projeto no ano de 2019, quando fui voluntária no Comitê Internacional de Imprensa (CINI), após isso, no ano passado, 2020, tive a oportunidade de ser diretora assistente no UNDRR (2030), um comitê de caráter futurista onde discutimos medidas a serem tomadas caso as metas para frear a mudança climática não fossem cumpridas.

Minhas experiências dentro do MINIONU despertaram em mim a vontade de um dia poder ter um comitê idealizado por mim dentro do projeto. Nosso curso de Relações Internacionais possui uma variedade de áreas estudadas e os temas relacionados à segurança sempre me chamaram atenção; assim, quando ouvi sobre os acontecimentos no Conselho de Segurança durante a Guerra das Coreias, e o que resultou disso, decidi que seria um tópico interessante para discussão no projeto e criei minha proposta pensando nisso. A importância maior dessa discussão é de que se trata de um problema desencadeado pela organização estrutural da ONU, é algo interno da instituição que acabou sendo agravado com a Guerra Fria e suas consequências. Portanto, se a origem do problema está dentro da ONU, é dentro dela que a solução será implementada, nesse caso contando com a participação de mais membros durante a Assembleia Geral. Esse comitê foi pensado com muito carinho e está sendo colocado em prática graças ao esforço de toda a equipe, espero que possa ser um espaço de aprendizado e satisfação durante esse momento tão difícil que enfrentamos. Sejam bem-vindos e bons estudos!

1.2 Ana Júlia Teixeira Santos Reis - Diretora Assistente

Caros delegades! Me chamo Ana Júlia e esse ano estou tendo a honra de participar do comitê AGNU (1950) como Diretora Assistente. Tenho 20 anos e estou cursando o quinto período de Relações Internacionais. No ano de 2019, participei pela primeira vez do MINIONU como voluntária, também do comitê da AGNU. Sinto-me gratificada pelo significado deste projeto e espero que possamos ter juntos uma ótima experiência neste campo de estudos.

Minha escolha de tema pela AGNU (1950) vem do meu interesse, principalmente histórico, pelo conteúdo, mas também pelo estudo do uso da força como meio de propagação de paz e suas consequências. Durante a simulação, saibam que estou à disposição para qualquer ajuda possível; ademais, espero que tenham uma ótima experiência. Desejo a todos boa sorte e espero que nós possamos nos conhecer em breve, até!

1.3 Bernardo Alcântara Dos Anjos - Diretor Assistente

Olá, delegadas e delegados! Me chamo Bernardo Alcântara e, durante as simulações, serei diretor assistente do comitê AGNU (1950), enquanto curso as últimas disciplinas da graduação em Relações Internacionais. Minha primeira participação no MINIONU ocorreu em 2018, quando participei do comitê AGNU (1972), que discutiu a Guerra do Vietnã, como voluntário. Apesar de ter adorado a experiência, me dediquei a outras atividades nesses últimos anos, mas que acabaram por me trazer de volta ao MINIONU e, em especial, a este comitê. Entre 2019-2020 comecei a estudar, como pesquisador voluntário, o voto do Brasil na aprovação de uma resolução importante das Nações Unidas, durante a Guerra da Coreia, que acabou se tornando o tema do meu trabalho de conclusão de curso. Tenho, então, um enorme apreço pelo tema deste comitê, que vai se dedicar a uma guerra hoje “esquecida”, ocorrida em um momento em que os países começavam a se recuperar dos danos causados pela 2ª Guerra Mundial e a se posicionar em relação à Guerra Fria, que há pouco se iniciara, enquanto as novas organizações internacionais, como a própria Organização das Nações Unidas, buscavam se estabelecer e cumprir suas missões de, se não capazes de criar um paraíso na Terra, ao menos evitar que novas destruições ameaçassem os povos e a humanidade.

Espero poder contribuir para que tenham uma experiência inesquecível nesta edição do MINIONU, ótimas discussões e, acima de tudo, se divirtam aprendendo e debatendo sobre um evento que, apesar de ocorrido há tantas décadas, ainda tem repercussões importantes para a atualidade. Estou ansioso para conhecer vocês. Bons estudos, e nos vemos em breve!

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1 O Início das Tensões da Guerra Fria

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o contexto fez necessária uma aliança improvável em tempos normais: Estados Unidos e União Soviética faziam parte dos países Aliados¹, tentando combater as potências do chamado Eixo. Essa aliança entre a maior potência capitalista e o maior representante do modelo socialista do mundo nasceu em clima de muita desconfiança, tensão e suspeitas. Além do objetivo comum de derrotar o nazifascismo, havia pouco que sustentava essa parceria entre os dois lados, que já tinham um passado de muitos atritos. Os Estados Unidos demonstravam insatisfação com a União Soviética desde a Revolução Bolchevique, que a formou; da mesma forma, os governantes soviéticos não viam com bons olhos o país que era um modelo capitalista e ameaçava seu regime. A relação entre os dois atores internacionais contou ainda com pressões econômicas e uma diplomacia pouco eficaz. Por fim, o Estado soviético não foi levado a sério pelos países do ocidente ao tentar alertar sobre as ações de Hitler na Alemanha, que se desenvolvia cada vez mais. Se vendo sem aliados e com risco de se tornar um alvo de Hitler, Stalin² concordou com o pacto nazista-soviético em 1939 (MCMAHON, 2003). Esse pacto tinha caráter de não-agressão e consistia em um acordo onde ambos os lados não se atacariam e se caso um dos dois fosse atacado por um terceiro ator, o outro se manteria neutro.

Durante os anos da Segunda Guerra, o pacto nazista-soviético foi quebrado e os soviéticos passaram a lutar contra a Alemanha ao lado dos países do Ocidente. Ao término do conflito, em 1945, os aliados saíram vitoriosos e os Estados Unidos e a União Soviética emergiram mais claramente como as duas grandes potências internacionais. Isso se deu porque a destruição causada pela guerra na Europa e na Ásia deixou como herança o esfacelamento da antiga ordem mundial, que vinha sendo construída pelas potências europeias. Os dois gigantes, que saíram da guerra sendo conhecidos como superpotências, agora buscavam uma nova ordem em concordância com suas necessidades e convicções particulares (MCMAHON, 2003).

Esse contexto mostra parte das razões do que viria mais tarde a ser chamado de Guerra Fria: duas ideias conflitantes para a ordem internacional, que Washington e Moscou procuraram impor perante um mundo que se recuperava de uma guerra global. O estranhamento e as desconfianças entre as duas potências não era algo novo, mas começava a tomar proporções maiores. Porém, apenas essa causa de divergências sobre a ordem mundial não seria suficiente para explicar o conflito da Guerra Fria, havia inúmeros mecanismos para que ambos os Estados entrassem em acordo sobre uma ordem

¹ Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos.

² Primeiro-ministro da União Soviética.

internacional que agradasse às duas partes. Mas a questão vinha se desenvolvendo desde muito antes da Segunda Guerra: foram as aspirações, necessidades, histórias, instituições do governo e ideologias que divergiam que transformaram as tensões inevitáveis no confronto histórico de quatro décadas que chamamos de Guerra Fria (MCMAHON, 2003).

2.2 O Conflito na Coreia

A península coreana fica localizada no continente asiático, seu território tem aproximadamente o mesmo tamanho da Grã Bretanha e faz fronteira com a China e a Rússia ao norte. A península se tornou colônia japonesa em agosto de 1910, quando o Império Japonês invadiu o território e o tomou à força. A Coreia permaneceu como colônia até a Segunda Guerra Mundial, quando os aliados prometeram a independência do território em relação ao Japão. Em agosto de 1945 as tropas japonesas finalmente se renderam e o paralelo 38³ foi escolhido como ponto de separação entre as tropas que aceitariam a rendição. Essa divisão foi feita por uma questão de logística, para que os estadunidenses e os soviéticos se organizassem da melhor forma ao longo da península. Após essa divisão, as tropas responsáveis por implementar e fiscalizar os termos de rendição na região norte foram os soviéticos, e os soldados norte-americanos ficaram com o lado sul. (THOMAS; ABBOTT; CHAPPELL, 1986).

Imagem 1 - Representação do Paralelo 38⁴

³ Linha imaginária que passa aproximadamente no centro da península coreana.

⁴ DPRK - Coreia do Norte/ROK - Coreia do Sul



Fonte: (CGTN, 2020)

Os países que saíram vitoriosos da Segunda Guerra haviam se reunido para debates várias vezes, inclusive durante o conflito. Durante esses debates foi acordado pelos Aliados que a Coreia teria sua independência, porém não de imediato. Isso levou à ideia de um período de transição, em que a península ficaria sob tutela internacional, antes de ter sua independência total. Os Estados responsáveis pela tutela seriam aqueles que já se encontravam dentro do território, os Estados Unidos e a União Soviética, que auxiliariam a administração de ambos os lados até que estivessem recuperados e em condição de ter um governo próprio. Nesse tempo, a União Soviética aceitou fazer parte dessa tutela porque Stalin viu ali uma oportunidade. Com medo de que o território coreano fosse usado futuramente pelo Japão ou qualquer outro Estado para atacar a URSS, o primeiro-ministro soviético enxergou na presença da sua potência uma forma de construir no território um governo que fosse seu aliado, ainda que minimamente (LEE, 2006).

O lado sul ficou sob tutela estadunidense, que colocou Syngman Rhee como presidente da chamada República da Coreia. Já a porção norte da península estava sob tutela dos soviéticos e a presidência ficou com Kim Il-Sung. Nasceu, então, a República Popular Democrática da Coreia, sob os ideais socialistas. Com o passar do tempo, a Coreia ficava cada vez mais polarizada, os ideais socialistas e capitalistas, fomentados pelas duas superpotências que disputavam a Guerra Fria, se opunham com força crescente e cada lado desejava a reunificação a partir de seus próprios ideais. O que acontecia no país era um retrato do que acontecia internacionalmente com a dinâmica da Guerra Fria, duas

convicções e interesses opostos que lutavam para crescer e obter mais controle. Nesse contexto, a reunificação coreana se fazia cada vez mais distante, uma vez que nenhum dos lados aceitaria abandonar seus princípios e posições já conquistadas

Em 25 de Junho de 1950, o exército norte coreano ultrapassou o paralelo 38 e invadiu o território da Coreia do Sul, avançando para a capital sul coreana, Seul, determinado a reunificar a Coreia através da força e pautado pelos ideais comunistas. Esse ataque levou o Conselho de Segurança da ONU a repudiar abertamente a agressão no mesmo dia (THOMAS; ABBOTT; CHAPPELL, 1986). Não obstante, a Coreia do Norte avançou rapidamente e tomou boa parte do território da Coreia do Sul. Muito se fala na contribuição do elemento surpresa para esse rápido avanço, porém, isso explica apenas parte do ocorrido. O exército da República Popular Democrática da Coreia mantinha uma superioridade, tanto em armas quanto em número de homens, grande parte disso devido à ajuda que a União Soviética ofereceu ao mandar equipamentos para sofisticar as forças armadas do lado comunista. Como exemplo desse auxílio, a União Soviética mandou 150 tanques de guerra medianos e um pouco de sua força aérea tática, enquanto a Coreia do Sul não possuía nenhum tanque de guerra e tinha um número quase insignificante de aeronaves militares (STUECK, 1995).

A Coreia do Norte possuía ao todo, com o apoio soviético, cerca de 180 mil tropas, apoiadas por 500 carros de combate e artilharia; as tropas incluíam veteranos de guerra que lutaram contra o Japão anos antes. Já a Força Aérea tinha 60 aeronaves e 70 caças. No dia da invasão, o lado norte usou 90 mil das suas tropas e centenas de carros de combate. Além disso, foram usados 4 dos 70 caças para metralhar a base aérea da cidade de Gimpo. A Coreia do Sul estava em desvantagem, com uma "força de segurança" que contava apenas com 82 mil tropas, quase 100 mil tropas a menos que o total das de seu invasor. A arma mais pesada que eles possuíam eram morteiros de 81 mm e a frota aérea sul coreana se restringia a 10 aeronaves de treinamento (SISTEMAS DE ARMAS, 2008).

Ficava clara a desvantagem sul coreana e sua necessidade de apoio externo se não quisessem sair derrotados. A capital Seul foi tomada pelo exército comunista em 27 de junho, apenas dois dias depois da invasão surpresa. Ao avançar, algumas forças remanescentes dos Estados Unidos foram derrotadas pelos invasores. O único ponto que não havia sido tomado era a cidade de Busan, onde os soldados norte-americanos e sul coreanos que restavam construíram uma linha defensiva ao redor do porto da cidade. Nesse contexto, o Conselho de Segurança se reuniu e decidiu, em 7 de julho do mesmo ano, indicar o General do Exército dos Estados Unidos, Douglas MacArthur, para comandar as forças armadas que, sob a bandeira da ONU, seriam mandadas para ajudar a Coreia do Sul (THOMAS; ABBOTT; CHAPPELL, 1986).

A batalha ao redor do perímetro de Busan começou no dia 1 de agosto, com a defesa do exército dos EUA e da Coreia do Sul. Nesse contexto, os combatentes do lado norte decidiram se espalhar por todo o perímetro ao invés de se concentrar em um único ponto para um avanço definitivo. Isso possibilitou que eles fossem contidos e não conseguissem fazer grandes avanços durante vários dias. Em 28 de agosto, as tropas britânicas chegaram para dar suporte à Coreia do Sul; nesse momento começava o contra-ataque sul coreano. As pressões dos invasores iam diminuindo e mais tropas da ONU chegavam, e, pouco a pouco, os territórios que foram tomados iam sendo recuperados. Em 26 de setembro de 1950, Seul foi retomada após intensa resistência do exército norte coreano; quatro dias depois já não restava quase nenhum soldado inimigo no lado sul. Após certa hesitação dentro da ONU, foi ordenado ao general MacArthur que invadisse a Coreia do Norte e, em 19 de outubro, a capital da República Popular Democrática da Coreia, Pyongyang, foi capturada pelo exército da ONU (THOMAS; ABBOTT; CHAPPELL, 1986).

Após a captura da capital norte coreana, o exército continuou avançando para o norte do país, chegando perto da fronteira com a China. Sentindo-se ameaçada pelas forças que se aproximavam de seu território, a China ofereceu ajuda ao exército norte coreano e, em 14 de outubro, os chineses intervieram. Mais de um mês depois, em 24 de novembro, MacArthur lançou seu último ataque contra os comunistas, mas no dia seguinte houve um ataque massivo dos chineses contra as tropas da ONU, fazendo com que recuassem. Até a metade de dezembro, os norte-coreanos e os chineses conseguiram avançar e recuperar a capital Pyongyang. Contudo, as forças no sul conseguiram montar uma defensiva no paralelo 38, onde contiveram os inimigos. Terminava então a primeira parte da Guerra das Coreias, com ambos os exércitos se enfrentando ao longo do paralelo 38 em uma guerra estática (THOMAS; ABBOTT; CHAPPELL, 1986).

Mais de um ano após o começo do conflito, os dois lados atingiram a fase do impasse em novembro de 1951. Apesar de algumas tentativas chinesas de quebrar a defesa rival, ambos os lados construíram barreiras fortes e o conflito não avançava para nenhum dos lados desde o final de 1950. Nesse contexto, em 27 de julho de 1953, o armistício foi finalmente assinado e o conflito armado chegou ao final após três anos. Porém, a guerra deixou as Coreias totalmente dependentes da União Soviética e dos Estados Unidos para ajuda econômica, além de ter resultado em 84 mil baixas militares no lado sul, 140 mil no lado norte e dois milhões de civis mortos (THOMAS; ABBOTT; CHAPPELL, 1986). É sempre importante lembrar que um armistício não é um acordo de paz permanente, mas apenas uma forma de cessar a guerra naquele momento.

2.3 Discussões no Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança (CSNU) foi estabelecido pela Carta das Nações Unidas em 1945. Esse órgão é responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, e pode se reunir em qualquer momento em que a paz for ameaçada. Ao contrário dos demais órgãos da ONU, que fazem recomendações, o Conselho de Segurança tem o poder de tomar decisões que os Estados membros são, em princípio, obrigados a implementar. A composição do conselho era, então, de 11 membros, cinco sendo membros permanentes: China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Esses Estados também são chamados de P5 e têm o poder de veto, ou seja, seu voto contrário pode vetar qualquer resolução com a qual não concordem. Os outros 6 membros eram não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2021b).

Na época em que se escreveu a Carta da ONU, os redatores previam que os cinco países com poder de veto aceitariam seu privilégio tendo consciência de sua obrigação substancial com a manutenção da paz e da segurança internacionais. Porém, conforme a Guerra Fria ia progredindo, as diferenças ideológicas entre o Ocidente e o Oriente se faziam mais visíveis e, em 1950, cinco anos após a assinatura da Carta da ONU, o princípio central do CSNU estava se perdendo. A delegação Soviética chegou a usar seu poder de veto 26 vezes entre os anos de 1946 e 1949, minando assim a autoridade e a operacionalidade do Conselho.

No começo do ano de 1950, os soviéticos boicotaram o CSNU como forma de protesto contra a ocupação do assento chinês pelo seu governo no exílio (Taiwan), em vez da Pequim comunista. Isso aconteceu após a revolução chinesa de 1949, que resultou no Partido Comunista tomando a frente do país. Após anos de uma guerra civil entre oposições políticas, a antiga República da China se tornou a República Popular da China com a vitória dos comunistas, que colocou Mao Tse-tung no poder. Percebendo a inevitável derrota, o então presidente Chiang Kai-shek fuge para a ilha de Formosa (Taiwan), acompanhado da burguesia chinesa, fazendo uso de navios dos EUA. A República Popular da China foi proclamada em outubro de 1949, enquanto Taiwan passou a abrigar o governo da República da China (ANDRADE, 2021). No entanto, mesmo com a troca de governo, a delegação chinesa credenciada dentro da ONU permaneceu sendo a da República da China (Taiwan). Tal fato causou a revolta dos Soviéticos, pois tirava deles a vantagem de ter mais uma delegação aliada dentro do CSNU e também na própria ONU.

Outro exemplo emblemático de boicote soviético ao CSNU aconteceu durante a Guerra das Coreias. Quando as tropas norte coreanas passaram pelo paralelo 38 e

invadiram a República da Coreia, em junho de 1950, esperava-se que o Conselho de Segurança agisse. Em 25 do mesmo mês, foi aprovada a resolução 82, por nove votos a favor e uma abstenção - os soviéticos não estavam presentes -, essa resolução alegava que a invasão na Coreia era uma grave violação da paz. Dois dias após a primeira resolução, a resolução 83 do CSNU foi aprovada por sete votos a um, com duas abstenções - os soviéticos permaneceram ausentes. A nova resolução recomendava que membros da ONU fornecessem assistência à República da Coreia para que pudessem repelir o ataque e restaurar a paz e a segurança na península (CARSWELL, 2013). (seria o caso de explicar a ausência soviética? Ok, foi explicado abaixo)

Após as discussões, um total de dezesseis Estados ofereceram ativos militares para o cumprimento da resolução, sob a liderança dos Estados Unidos. Os soviéticos se ausentaram das discussões até esse momento por uma questão estratégica que acabou não dando certo. Na época dessas votações, o CSNU precisava do voto favorável de todos os 5 membros permanentes para aprovar os documentos, por isso, a URSS se ausentou na expectativa de que a falta de seu voto já fosse o suficiente para as resoluções não passarem. No entanto, isso não aconteceu, a Carta da ONU foi reinterpretada e a abstenção de um dos P5 não seria mais entendida como um veto, o que fez com que a delegação soviética voltasse a se fazer presente nas reuniões. A URSS passou, então, a bloquear quaisquer esforços que pudessem afetar negativamente seus interesses na Coreia. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Dean Acheson, juntamente com os delegados Benjamin Cohen e John Foster Dulles, pressionaram para que a Assembleia Geral pudesse intervir e auxiliar o Conselho de Segurança em momentos de dificuldade. Nesse contexto, na sessão de 1950 da Assembleia Geral, o problema das Coreias e do Conselho de Segurança foi posto em discussão para que pudesse ser resolvido (CARSWELL, 2013).

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

No âmbito das Nações Unidas existem importantes órgãos que têm suas próprias competências e regras para que a Organização possa lidar com as questões que são levadas para discussão. Um desses órgãos é a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que foi criada a partir da Carta das Nações Unidas, de 1945. A Assembleia ocupa uma posição central na Organização, sendo palco de deliberações, ações políticas e representações dentro da ONU. Dentro da AGNU os países e demais interessados encontram as condições para que sejam desenvolvidas discussões multilaterais sobre qualquer tema que se mostre importante o suficiente para ser levado para a Assembleia; além disso, também desempenha um papel significativo no processo de definição de normas e na codificação do direito internacional.

Segundo disposto na Carta da ONU, a Assembleia Geral tem a competência para tratar do orçamento das Nações Unidas, eleger os membros não permanentes do Conselho de Segurança e membros dos outros órgãos das Nações Unidas, além de nomear o Secretário-Geral. Pode iniciar estudos e fazer recomendações para promover a cooperação política internacional, o desenvolvimento e a codificação do direito internacional, a realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e a colaboração internacional nos campos econômico, social, humanitário, cultural, educacional e da saúde (UNITED NATIONS, 2021a).

Além disso, pode considerar e fazer recomendações para manter a paz e a segurança internacionais e discutir qualquer questão relacionada a esses dois, mas isso pode ser feito apenas quando o assunto em questão já não estiver sendo discutido pelo Conselho de Segurança; caso contrário, o CSNU tem precedência. O órgão também tem competência para discutir a solução pacífica de qualquer situação que prejudique as relações amistosas entre dois ou mais países (UNITED NATIONS, 2021a). Portanto, qualquer tema ou assunto que se enquadre nessas competências e que seja do interesse internacional pode ser colocado em pauta pela Assembleia Geral para facilitar a resposta conjunta para o problema. Assim, os assuntos tratados em cada reunião feita na AGNU são escolhidos observando a relevância da discussão e o benefício para os Estados ali presentes.

Quanto à estrutura da AGNU, as reuniões principais acontecem de setembro a dezembro todos os anos, e, posteriormente, de janeiro a setembro, se for necessário que se faça uma reunião de retomada de algum assunto. Durante essas “sessões de retomada”, a Assembleia também discute questões atuais que se mostrem importantes para a comunidade internacional naquele momento, o que é feito a partir de debates com temas específicos organizados pelo Presidente da Assembleia Geral, em consulta com os representantes dos Estados membros. Durante esse período, a Assembleia tradicionalmente também pode realizar consultas informais se julgar necessário. Cada um dos membros na Assembleia tem direito a um voto, sendo que votações em questões importantes - como recomendações sobre paz e segurança, eleição dos membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social e questões orçamentárias - exigem dois terços dos Estados membros a favor para aprovação. As demais questões são decididas por maioria simples (UNITED NATIONS, 2021a).

O comitê contará com um total de 30 delegações escolhidas conforme seu peso na discussão específica que interessa ao AGNU (1950). A simulação será em língua portuguesa e a moderação é a tradicional, explicada em nosso Guia de Regras. Ademais, no comitê, todos os Estados terão o mesmo peso nas votações, cada um com o poder de um voto. Os debates nos dias do MINIONU se darão acerca de alguns importantes assuntos

debatidos na 5ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1950. A primeira discussão será em torno do problema presente no Conselho de Segurança, que estava sofrendo um boicote por parte da União Soviética. A segunda discussão será focada nas medidas que podem ser tomadas para parar as agressões que aconteciam na península da Coreia.

4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS NO COMITÊ

Durante as reuniões da 5ª Sessão da Assembleia Geral da ONU o mundo passava pela Guerra Fria e a polarização política podia ser observada também nas votações de resoluções. A 5ª Sessão da Assembleia contou com 59 delegações que votaram as resoluções lá apresentadas. Nesta seção, serão expostos os principais alinhamentos que deverão orientar os debates.

4.1 Bloco Aliado aos EUA

Era de interesse dos Estados Unidos que as resoluções a favor da Coreia do Sul, que esteve sob sua tutela, fossem aprovadas e que o conflito cessasse. No começo do conflito, o lado sul foi quase todo tomado pelas tropas comunistas, evidenciando a falta de capacidade do país de se defender sozinho do ataque militar. A ajuda de outros membros da ONU era imprescindível para que a Coreia do Sul se recuperasse e o objetivo de reunificar a Coreia sob convicções liderança comunista não se concretizasse. Isso porque, com a Guerra Fria em andamento, não era interesse estadunidense que a União Soviética tivesse controle total sobre a Coreia e que essa se tornasse sua aliada. Além de representar uma conquista do comunismo e uma derrota para o capitalismo, a tomada da península da Coreia totalmente pelos soviéticos fortaleceria o poder deles na Ásia, que já contava com a República Popular da China, que acabava de promover uma revolução comunista. Nesse sentido, a delegação estadunidense buscará fazer o possível para que as resoluções favoráveis à ajuda ao lado sul da Coreia sejam aceitas e implementadas.

Em 1950 a maioria dos países que faziam parte da ONU eram ocidentais e capitalistas, estando, assim, dentro do campo de influência dos EUA. Portanto, era natural que os interesses desses países fossem de encontro com os dos EUA, uma vez que também queriam que seus ideais se mantivessem como maioria no campo internacional. Para que não saíssem prejudicados pelo poder dos soviéticos, o travamento no Conselho de Segurança deveria ser resolvido e esperava-se criar uma alternativa caso o uso do veto

voltasse a ocorrer. Isso porque, no futuro, quem poderia enfrentar um boicote igual ao que acontecia eram esses mesmos Estados que estavam no debate.

4.2 Bloco Aliado à União Soviética

O principal interesse soviético durante a Guerra da Coreia era de que essa continuasse até que a península toda estivesse unificada sob os ideais comunistas. Portanto, a delegação da URSS tinha plena noção do que estava fazendo quando resolveu usar seu poder de veto para travar as resoluções do CSNU. No começo do conflito, o lado norte coreano abriu significativa vantagem em relação ao lado sul tendo o apoio da URSS, que inclusive ajudou com armamentos. Com esse apoio, a República Popular Democrática da Coreia conseguiu tomar quase a totalidade do território do inimigo, que não tinha poder militar para lutar sozinho contra a invasão. Nesse sentido, uma ajuda advinda da ONU para a República da Coreia seria uma ameaça aos interesses soviéticos, e, por isso, não era da vontade da URSS e, conseqüentemente, de seus aliados, que o lado sul conseguisse ajuda.

Os socialistas dentro da ONU estavam em intensa desvantagem numérica se comparados com os ocidentais capitalistas. Era benéfico para os seus aliados que a União Soviética tivesse a opção de boicotar o Conselho de Segurança caso algo não estivesse de acordo com suas aspirações, uma vez que, se viesse a ocorrer um conflito em que esses Estados estivessem presentes, a delegação soviética seria de grande ajuda a eles nos debates do CSNU, por causa de seu poder de veto. Levando em consideração que estavam em desvantagem dentro da ONU em relação aos Estados aliados dos EUA, os soviéticos tinham que manter seus campos de influência, por menores que fossem, para ter um maior sucesso nos debates que ocorriam dentro da Organização.

5. QUESTÕES RELEVANTES NA DISCUSSÃO

- Seria legítimo que países com poder de veto dentro do Conselho de Segurança se beneficiem desse poder para impedir resoluções que estejam em desacordo com o que apenas sua delegação não concorda?
- Qual poderia ser a saída caso o CSNU fosse travado novamente, já que isso pode causar o prolongamento de conflitos e a privação da paz para os povos envolvidos?
- A Assembleia Geral pode discutir questões de segurança que estejam tramitando no Conselho de Segurança, caso esse se encontre travado no momento?

- A Guerra das Coreias é um assunto que está sendo tratado no CSNU, que se encontra travado. Caso seja acordado que a AGNU pode discutir sobre a questão, quais medidas poderiam ser tomadas?
- A ajuda à Coreia do Sul deveria ser dada apenas para que o país recuperasse o que antes era seu território, ou também para que contra-atacasse tentando tomar o território ao norte?
- Como a ONU poderia atuar para tentar acabar com o conflito na Coreia?
- Quais seriam os países dispostos a cooperar com a ação da ONU?
- Como cada país poderia auxiliar na recuperação da Coreia após o conflito?
- Os países que lutaram em favor da Coreia do Norte deveriam ser punidos?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Chinesa**. USP: e-disciplinas, 2021. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2007440&forceview=1>. Acesso em: 15 jun 2021.
- CARSWELL, Andrew J. Unblocking the UN Security Council: The Uniting for Peace Resolution. **Journal of Conflict & Security Law** , 2013, Vol. 18 No. 3, pp. 453-480
- CGTN. **Back to 38th parallel**: A war never to forget. Asia Pacific, 22 out 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/6bofjAK>. Acesso em: 28 abr 2021
- LEE, Jongsoo. **The partition of Korea after world war II** : A Global History. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- MCCMAHON, Robert. **Cold war**: A Very Short Introduction. Oxford University Press, 2003.
- SENHORAS, Elói Martins; FERREIRA, Rita de Cássia de Oliveira. A Guerra da Coréia vista após sessenta anos de Armistício (1953-2013). **Conjuntura Global** , Curitiba, Vol. 2, n.3, jul./set., 2013, p. 133-139.
- SISTEMAS DE ARMAS. **Apoio aéreo aproximado na Guerra da Coréia**. 2008. Disponível em: <http://sistemasdearmas.com.br/ca/cascoreia1cas.html>. Acesso em: 16 jun 2021.
- STUECK, William . **The Korean War**: An International History. Princeton University University Press, Princeton, New Jersey, 1995.
- THOMAS, Nigel; ABBOTT, Peter; CHAPPELL, Mike. The Korean War 1950-53. **Men-at-Arms Series**, Osprey Military, 1986.
- UNITED NATIONS. **General Assembly of the United Nations**. 2021a. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>. Acesso em: 24 mar 2021.
- UNITED NATIONS. **Resolution 377**: Uniting For Peace. General Assembly, Fifth Session, 1950. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/377\(V\)](https://undocs.org/en/A/RES/377(V)). Acesso em: 24 mar 2021.
- UNITED NATIONS. **United Nations Security Council**. 2021b. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/what-security-council>. Acesso em: 24 mar 2021.

TABELA DAS DELEGAÇÕES

Países	Status	Bloco
Canadá	Permanente	Aliado aos EUA
Comunidade da Austrália	Permanente	Aliado aos EUA
Estado de Israel	Permanente	Aliado aos EUA
Estados Unidos da América	Permanente	Aliado aos EUA
Estados Unidos do Brasil	Permanente	Aliado aos EUA
Estados Unidos Mexicanos	Permanente	Aliado aos EUA
Reino da Arábia Saudita	Permanente	Aliado aos EUA
Reino da Bélgica	Permanente	Aliado aos EUA
Reino do Egito	Permanente	Aliado aos EUA
Reino dos Países Baixos	Permanente	Aliado aos EUA
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Permanente	Aliado aos EUA
República Árabe da Síria	Permanente	Aliado aos EUA
República Argentina	Permanente	Neutro
República da China	Permanente	Aliado aos EUA
República da Índia	Permanente	Neutro
República da Indonésia	Permanente	Aliado aos EUA
República da Polônia	Permanente	Aliado à URSS
República da Turquia	Permanente	Aliado aos EUA
República das Filipinas	Permanente	Aliado aos EUA
República de Cuba	Permanente	Aliado aos EUA
República do Chile	Permanente	Aliado aos EUA
República Francesa	Permanente	Aliado aos EUA
República Helênica	Permanente	Aliado aos EUA
República Oriental do Uruguai	Permanente	Aliado aos EUA
República Socialista Federativa da Iugoslávia	Permanente	Aliado aos EUA
República Socialista Soviética da Bielo-Rússia	Permanente	Aliado à URSS
República Socialista Soviética da Ucrânia	Permanente	Aliado à URSS
Tchecoslováquia	Permanente	Aliado à URSS
União da África do Sul	Permanente	Aliado aos EUA
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	Permanente	Aliado à URSS